

A ACULTURAÇÃO
PORTUGUESA NA EXPANSÃO
E O LUSO-TROPICALISMO

Luís Filipe Barreto



Colocar o problema

A aculturação portuguesa na expansão dos séculos XV a XVII implica três dimensões. A das *relações interculturais*, enquanto prática e vivência «porque é através do fluir comportamental – ou, mais precisamente, da acção social – que as formas culturais ganham articulação»¹. A da *cultura material*, o mundo das trocas e transferências, das plantas e animais, aos produtos e técnicas de consumo e gosto e a da *cultura intelectual*, horizontes de valores e de conhecimento, criadores de reflexão acerca das acções, palavras e coisas.

Estas dimensões, autónomas, em parte, são também interdependentes e de configuração processual.

Investigar a aculturação na expansão exige inter e pluridisciplinaridade «a história é essencial; mas não é suficiente»², porque a cultura é um dos conceitos partilhados pelas mais diversas ciências do social/humano, logo desde os meados do século XIX.

Na categoria de cultura e nos seus complementos e derivados (aculturação, relações interculturais, acomodação, padrões culturais, personalidade cultural de base, cultura material, área cultural, multicultural, etc.), pulsa uma casa comum de investigação à antropologia, história, sociologia, geografia, linguística, psicologia social, economia, demografia, etc., que foi crescendo ao longo do século passado.

Abordar as relações entre culturas na expansão marítima dos Portugueses, dos séculos XV a XVII, implica consciência desta pluralidade de métodos e de instrumentos de análise.

Existe uma valiosa herança, vinda dos séculos XIX e XX, para a análise da aculturação/relações interculturais, em antropologia e história. Herança de instrumentos teóricos, de teorias interpretativas, de estudos de caso. Herança fundamental, sobretudo, a partir dos anos 30 e 70/80 do século passado. Sem ela, não é possível, neste início do século XXI, conhecimento do intercultural/aculturação, mas, tão-só, empirismo factual e moda/ideologia.

E, no entanto, toda essa herança coloca, hoje, muito mais exigências e questões do que respostas. Temos ainda um longo caminho a percorrer de inves-

tigação analítica local, de variantes de caso, de comparativismo tipológico. Até lá, esta reflexão em torno da aculturação portuguesa na expansão, deve ser entendida como hipótese de trabalho em curso, temas e problemas em constituição, tentativas de compreensão da complexidade do fenómeno a tratar. O que aqui e agora se apresenta, em forma sintética, é um corpo de elementos introdutórios.

No caso da aculturação na expansão, é necessário, antes de mais, chamar a atenção para a pluralidade e complexidade do problema. A compreensão exige, ao mesmo tempo, o acompanhamento da sociedade e cultura portuguesas, tanto quanto o das diferentes sociedades e culturas africanas, ameríndias, asiáticas, europeias, envolvidas no processo de relacionamento intercultural.

A aculturação, embora desigual e diferencial, é mútua. É preciso acompanhar o processo de passagem, transferência, integração de elementos culturais portugueses (como a religião, a língua, a tecnologia, etc.) em todas e cada uma dessas sociedades e culturas do Norte de África, Guiné, Angola, África Oriental, Atlântico Ameríndio/Brasil, Índico, Ásia do Sueste, Litorais e Mares do Sul da China e do Japão.

E, no entanto, a inversa também é verdadeira. É necessário olhar para o processo de passagem, transferência, integração de elementos de cada uma dessas culturas e sociedades, no horizonte cultural dos Portugueses (como a nova flora e fauna, as línguas e técnicas, os consumos, do vestuário à alimentação e teclado sensorial do gosto).

A questão é, no entanto, bem mais complexa, à medida que avançamos nos séculos XVI e XVII. Ao longo do século XV, nos primeiros movimentos da expansão portuguesa, predominam as relações bilaterais, relativamente separadas. A partir de Quinhentos, e sobretudo dos anos de 1530 em diante, todas as relações interculturais da expansão portuguesa são *multilaterais*.

As resultantes das relações interculturais, das culturas material e intelectual, num determinado tempo e espaço, passam a estar integradas e a surgir em outros lugares e ocasiões. Nos finais da década de quarenta e inícios de cinquenta do século XVI, os meninos índios do Brasil, nos coros da missão jesuíta, envergam calções de seda, vestem-se à moda do luxo oriental, como informa o Pe. Manuel da Nóbrega.

Nos anos 90 do século XVI e na década de vinte do século XVII, sabemos, através de André Álvares de Almada e de André Donelha, que o aparato das Cortes tribais africanas relacionadas com os Portugueses – como as dos Sapes, Jalofos e Casamança – é constituído de sedas e panos da China e da Índia, de mobiliário e pratas asiáticas.

O Atlântico africano e ameríndio orientaliza-se, através de elementos que, sendo asiáticos na origem, são passados/transmitidos pelos/ao modo dos Portugueses. E também a flora do Atlântico, em especial ameríndio, se asiática por via da aculturação/relações interculturais com os Portugueses (milho, tabaco, batata doce, mandioca, amendoim, caju, etc.).

Esta dimensão global da aculturação na expansão portuguesa atinge o seu ponto máximo nos próprios Portugueses. Diferentes sociedades e culturas, em África e no Brasil, podem integrar elementos de asiaticização, como sociedades e culturas asiáticas acolhem elementos culturais atlânticos não europeus.

No entanto, é a sociedade e a cultura portuguesas em Lisboa/Portugal e nos diferentes mundos do mundo que está mais e constantemente exposta a processos de africanização, asiaticização, indianização, a processos de fusão/sincretização de traços culturais da mais diversa origem. Portugueses de Portugal e Portugueses da miscigenação, cultural e/ou biológica, transmitem a pluralidade e complexidade em jogo.

Porque a aculturação portuguesa na expansão é mútua, embora desigual. Porque é um processo multilateral de intermediações e fusões parciais, é necessário, antes de mais, ainda que de forma sumária, pesar a utensilagem conceptual ao nosso dispor, perceber o valor e limite dos quadros de análise e conceptualização existentes.

O termo *aculturação* está em uso nas antropologias americana e alemã, desde os finais do século XIX (John Powel, 1880; Franz Boas, 1896; Ehrenreich, 1905). Pela mesma altura, a antropologia inglesa prefere o uso de *culture-contact*³.

Nos anos trinta do século passado, a antropologia norte-americana avança com uma definição de *aculturação*, como «o conjunto dos fenómenos resul-

tantes da circunstância de certos grupos de indivíduos, de culturas diferentes, entrarem em contacto contínuo e directo com as subsequentes mudanças nos padrões culturais originais de um ou de ambos os grupos»⁴.

Na mesma altura, esta antropologia cultural norte-americana, especializada em estudos de contacto cultural e de formas de aculturação, faz surgir o termo *intercultural*, como vemos, por exemplo, em 1937, com Philleo Nash e os estudos de «formação de comunidade intercultural»⁵.

Na historiografia cultural norte-americana, a categoria de *intercultural* está normalizada e em destaque, a partir dos inícios dos anos sessenta do século XX, como vemos em Adda B. Bozeman com o vocabulário de «campo das relações interculturais, história das relações interculturais, entendimentos interculturais, era de intensas relações interculturais aberta por volta do final do século XIX», etc.⁶

Em português, o termo é usado na sociologia histórica da cultura de Gilberto Freire, com as expressões «inter-relações de cultura», «interpenetração de culturas», «contactos e choques entre culturas»⁷.

Em História, os estudos pioneiros sobre *aculturação* começam também a surgir na década de trinta do século XX. Vale a pena citar duas obras de referência, em língua portuguesa, escritas por dois historiadores brasileiros e editadas no Rio de Janeiro: em 1933, *Casa Grande e Senzala*, da autoria de Gilberto Freire (1900-1987), e, em 1936, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982).

Estudos de aculturação ainda sem uso regular do termo, recorrendo bem mais a categorias descritivas e tipológicas que classificativas: «a mediação africana [...] aproximou os extremos [...] da cultura ameríndia, processo de equilíbrio de antagonismos» (Gilberto Freire) e «toda a cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas» (Sérgio Buarque de Holanda).

O fortalecer do cruzamento da História com a Antropologia e a Sociologia vai gerar, a partir da década de 40, um crescente uso do termo aculturação por parte dos historiadores, seja no estudo da difusão e fabricação do vidro e do papel em Inglaterra (M. T. Hodgen, 1945, *Glass and Paper: An Histo-*

rical Study of Acculturation) ou, a propósito da história do Império Chinês, dos séculos X a XII, com K. Wittfogel a falar, em 1946, de «aculturação e difusão relativa, selectiva e gradativa»⁸.

O termo *aculturação* começa a alcançar pleno estatuto teórico e operativo, em história, a partir dos anos 60-70 do século passado, graças a Alphonse Dupront (1905-1990) que, em 1965, apresenta um relatório em torno «De l'acculturation» ao XII Congresso Internacional das Ciências Históricas⁹, e a Nathan Wachtel que, em 1974, produz a entrada *aculturação* no vol. I de *Faire de l'Histoire* (coord. de J. Le Gof e P. Nora, Paris, Gallimard).

O conceito de cultura configura «um padrão, historicamente transmitido, de significados, corporizado em símbolos, expresso em fórmulas simbólicas que possibilitam aos humanos comunicar, perpetuar e desenvolver o conhecimento e acção»¹⁰. Estes padrões processuais de sentido, em acção e conhecimento, são, em si mesmos, um uno plural, porque «todas as culturas são multiculturais»¹¹.

Pluralidade temporo-espacial e estratigráfica, porque as culturas possuem uma ambivalência de homogeneidade e heterogeneidade, uma função, ao mesmo tempo, de diferença e de identidade.

A língua vernacular nacional do Estado dinástico diferencia o Português das outras línguas e dos outros humanos. Mas a língua portuguesa, no seu uso oral ou escrito, diferencia os Portugueses entre si. A língua portuguesa une e separa, aproxima e distancia. Cumpre a sua função de catalizador de unidade oficial, duma sociedade e cultura, ao mesmo tempo que estratificador e diferenciador interno nesta mesma totalidade sociocultural.

Tal como a língua, as ideias e os ideais, a religiosidade e a alimentação, os modos de vestuário e de sociabilidade, são outros índices e indícios culturais de um também funcionamento ambivalente, aproximando e distanciando, colectivizando controlando e particularizando diferenciando.

Todas estas acções e conhecimentos significativos são realidades sociais que marcam a diferença interna, demarcando a fronteira cultural para o exterior. É por isso que «o problema da diversidade não se coloca somente a propósito de culturas tomadas enquanto relações recíprocas; existe também no seio de cada sociedade, em todos os grupos que a formam»¹².

É necessário partir deste uno múltiplo, unidade diferencial e hierárquica, no espaço e no tempo, para se entender a variedade e complexidade da aculturação portuguesa na expansão.

As relações entre culturas não são contactos entre homogêneas entidades, mas sim, entre heterogêneos indivíduos, grupos e estratos culturais, situados em diferentes posições de saber e de poder no interior das suas culturas e sociedades.

D. João de Castro, em 1540, enuncia alguma da pluralidade interna da cultura portuguesa, ao apontar um destinatário que não possui «vocábulos conhecidos e termos usados entre cortesãos e gente polida» e, por isso, «não escrevo este livro para se ler a damas e a galantes, e se aproveitarem dele nas cortes e paços reais mas os de Leça e Matosinhos»¹³.

Os Portugueses, em relação intercultural/aculturação, não são um corpo luso homogêneo, mas sim um múltiplo heterogêneo e estratificado. Os outros, neste mesmo processo, são também indivíduos e grupos heterogêneos e estratificados. A posição na hierarquia sociocultural constrói modalidades de possibilidade e necessidade, de recusa e acomodação nas relações interculturais/aculturação, porque, «assim como os tempos, assim também as terras criam diversas condições e conceitos» (Fernão de Oliveira, 1536).

Problematizar a aculturação na expansão coloca logo, ao nível do aparato conceptual, mil e uma exigências. As definições de aculturação, vindas do século passado, desde R. Redfield, R. Linton e M. Herskovits (1936), a, por exemplo, N. Wachtel (1974), caracterizam e formalizam uma relação bilateral: «todos os fenómenos de interacção que resultam do contacto de duas culturas» (N. Wachtel).

A aculturação portuguesa na expansão é multilateral. Um processo em crescendo multilateral, a partir do século XVI e até, pelo menos, aos anos de 1620-1630. A passagem a multilateral não é uma mera questão de alteração quantitativa, mas sim, de diferente natureza qualitativa. Estamos frente a uma complexidade relacional que cresce, ramifica-se e complexifica-se à medida do acontecer do próprio processo de aculturação.

Neste caso, a aculturação é o todo processual dos fenómenos de interacção, resultantes do contacto regular de múltiplas culturas intra e extra-europeias, africanas, asiáticas e ameríndias.

Para além do relacionamento bilateral, a herança conceptual acentua os relacionamentos entre culturas distintas, com dominante pólo europeu e dominado pólo extra-europeu.

Também aqui o problematizar da aculturação portuguesa na expansão é, logo à partida, bem mais complexo. Parte do fenómeno, no Atlântico africano e no Brasil, pode ser pensado nesta escala. Mas, a partir do Índico, tudo se altera e, na Ásia Oriental, o pólo dominante é o das civilizações chinesa e japonesa. Mesmo nos litorais atlânticos dos séculos XV a XVII, os pólos de domínio são gradações oscilantes e jamais categorias fixas.

Complexidade ainda maior com o relacionamento de Portugal e dos Portugueses com outros Europeus e a Europa. E aqui o relacionamento não é tanto entre culturas distintas, mesmo opostas, mas entre culturas afins, próximas, em processo de identificação, oposição, concorrência e diferenciação.

À partida é necessário, pois, conhecer o quadro teórico e operatório existente, desde o século XIX, acerca do intercultural/aculturação. É necessário usar e potenciar todo esse universo conceptual (nascido, bem mais de estudos de caso na Antropologia e na História do que de tratados teóricos). Mas, ao mesmo tempo, é urgente começar a tentar contribuir, a partir desta mesma herança, para uma formulação diferente e complexa da aculturação. Estamos ainda no quadro de uma prototeoria que, de forma vaga e imprecisa, vai criando utensílios analíticos mais válidos. Um novo quadro teórico de aculturação que acentue o multilateral nos fenómenos de contacto regular intercultural. Que acentue a complexidade em progressão desse multilateral à medida que a aculturação se desenrola.

O multiculturalismo, interno e externo, da aculturação cresce à medida do crescimento das relações interculturais, criando *outros* Portugueses e *novos outros* civilizacionais.

Um novo quadro aberto à oscilação têmporo-espacial, capaz da análise da microconjuntura quanto aos pólos dominantes e dominados. Capaz de dar conta dum dominante dominado, dum civilizado bárbaro que encontramos no caso da aculturação portuguesa da expansão. Os Portugueses nomeiam de bárbaros o outro nómada – africano e brasileiro –, mas são, na Ásia Oriental, nomeados como «os bárbaros marítimos do Sul»...

A teorização desta ambivalência leva ao acentuar da aculturação como fenómeno de mútua, embora desigual, transferência, integração, entre culturas e sociedades. Desigualdade oscilante no espaço, mas também na conjuntura temporal e nos microespaços.

A questão não é apenas a de o relacionamento, entre Portugueses e Africanos ou Portugueses e Ameríndios, convocar e implicar também o relacionamento entre Portugueses e Indianos e Portugueses e Chineses, e em que a relação inversa também é verdadeira. Estes relacionamentos que se misturam criam novos Portugueses africanizados, asiaticizados, amerindizados, ou cruzados mulatos/mestiços/mamelucos, etc., diferentes dos Portugueses de Portugal que se vão também fazendo outros. Criam também uma nova ideia e visão do mundo, de Portugal, da Europa e do lugar/função dos Portugueses frente aos outros europeus.

O acentuar da dimensão multilateral, da pluralidade nas relações interculturais/aculturação, tem também de contemplar a heterogeneidade dos Portugueses e dos outros europeus e extra-europeus, em jogo no processo de trocas materiais e intelectuais.

O Português nobre e não nobre, urbano e rural, litoral e interior, da elite e das massas, mercador, soldado, colono, missionário, fidalgo de aparelho, são produtos e produtores de relações interculturais-aculturação diversas.

O Português de Portugal é diferente do Português africanizado, asiaticizado, amerindizado e também diverso do Português descendente luso-africano, luso-ameríndio, luso-asiático. Todos estes Portugueses, nos lugares do mundo e no rosto da Europa/mundo que é Portugal, promovem relações interculturais diferenciadas.

Porque «ninguém pode ser bom prático [...] se não for teórico» (João de Barros, 1540), nestes inícios do século XXI, precisamos da herança, teórica e operatória, para realizar a análise. Precisamos, no entanto, também de projectos teóricos inovadores, de instrumentos analíticos capazes de dar conta da complexidade da aculturação, enquanto processo mútuo de oscilante desigualdade e das culturas, enquanto unos múltiplos e estratificados. É necessário criar um quadro conceptual capaz de enfrentar a aculturação enquanto revolução sociocultural planetária.

Horizontes das relações interculturais

As formas interculturais da expansão portuguesa implicam diáspora, mestiçagem, exibição e consumo.

A expansão é diáspora, deslocação de populações e de meios, em busca de soluções sociais e individuais de vida: «os Portugueses que vêm a estas partes não vêm por outra intenção senão para enriquecer de qualquer maneira»¹⁴ e «desta terra saíram muitos homens ricos para estes reinos que foram a ela muito pobres»¹⁵.

Gerada pela necessidade e possibilidade, a expansão portuguesa é uma metamorfose de terra/mar, distante/próximo, conhecido/desconhecido e pobreza/riqueza: «fez no começo a pobreza/vencer os ventos e os mares/vencer quasi a natureza; medo hei de novo à riqueza/que nos venha a cativar»¹⁶.

Diáspora oficial, contínua e orientada, de milhares de Portugueses, para os litorais mercantis do Atlântico africano e da Ásia, e para os litorais e Sertão do espaço brasileiro.

A partir desta viagem, impulsionada pelo Estado dinástico empresarial, uma diáspora informal, de também alguns milhares ou centenas, ao serviço de poderes locais, asiáticos e africanos, enquanto soldados aventureiros e mercadores, em busca de fortuna própria não alcançável, pela larga maioria, nas estruturas oficiais da expansão portuguesa: «Negapatão é povoação de Portugueses [...] sem fortaleza nem mais reparo que a vontade do senhor da terra [...] sujeito também aos reis de Bisnaga [...] Malaipor com mais razão se pode chamar apartado da república da Índia, que não colónia nossa [...] Arraquão [...] no qual estão Portugueses muito antigos na terra, que vivem quase como gentios [...] Cambaia, Reino Decam, e outras terras cheias de Portugueses, que vão buscar pão para comer, por não haver armadas nem fortalezas nossas em que lhos dêem»¹⁷.

Casados e lançados, «Tangomao, Portugueses lançados em Guiné» (André Donelha, 1625), «alguns Portugueses que andavam pela terra de Angola, fazendo suas fazendas»¹⁸, à aventura em condições de acomodação. Estes Portugueses de Portugal em metamorfose adaptativa, tornam-se em parte ou no todo, Outros e fazem nascer mestiços. Mestiços, uns são novos tipos de

«Nação lusitânica», como diz Manuel Godinho de Erédia (1563-1623), outros africanos, índios e asiáticos diferentes: «andam muitos filhos dos cristãos pelo sertão perdidos entre os gentios, e sendo cristãos vivem em seus bestiais costumes»¹⁹.

A mestiçagem biológica é resultante e, ao mesmo tempo, potenciadora de mestiçagem cultural. A diáspora, para a maioria dos portugueses, em África, na Ásia e no Brasil, implica localização, gradativos processos de acomodação: «por acomodação devemos entender o processo de interacção através do qual pessoas e grupos alteram-se, contemporizam, transigem para conseguir vantagens de convivência que, conservando-se eles imutáveis ou diferenciando-se por oposição franca e radical não conseguiram»²⁰.

Acomodação pontual, parcial, aceitando e misturando do Outro o considerado acessório para ganhar o tido por essencial em nome de uma aculturação comandada pelos códigos e interesses dos Portugueses de Portugal. Acomodação praticada por nobres e missionários, estratégias de poder de minorias: «se nos abraçarmos com alguns costumes deste gentio [...] e isto para os atrair a deixarem os outros costumes essenciais»²¹.

Acomodação mais global, para a maioria dos Portugueses, mesmo metamorfose, ditada pelas necessidades e circunstâncias. Asiatização de casados e aculturados ligados ao comércio marítimo intra-asiático, mas também africanização e amerindização de lançados e aventureiros. André Alvares de Almada informa sobre o alentejano Francisco Vaz e o «preto» Paulo Palha «homens nossos» que «vinham vestidos como os mesmos sumbas e traziam as mesmas armas e vinham servindo de soldados»²², desde o cimo do reino do Congo até às terras da Guiné. O Pe. Manuel da Nóbrega, em 1553, apresenta João Ramalho, em São Vicente «haverá 40 anos e mais» em que «toda a sua vida e a dos seus filhos é conforme à dos Índios».

A diáspora dos Portugueses, tanto oficial como informal, exige miscigenação. Mestiçagem cultural pontual, maior ou menor, para estratos de Portugueses de Portugal, dominantes no aparelho institucional político-militar, religioso, da expansão. Mestiçagem cultural, contínua e progressiva, para a maioria dos Portugueses, fazendo nascer outros tipos de Portugueses mestiços: «os Portugueses de cá são de duas maneiras, ou são os vindos de Portugal ou os que aqui nasceram de mulheres indianas, são conhecidos por mestiços»²³.

Diáspora também forçada pela violência da escravatura, cada vez mais crescente, de muitas largas centenas de milhares de africanos, de Angola/Congo e Guiné, para o Brasil, Antilhas, outras Américas e Europa. Diáspora também dalguns milhares de africanos orientais, asiáticos, ameríndios, para os mais diversos lugares dos mundos extra-europeu e europeu.

Milhares de africanos, ameríndios, asiáticos, em diáspora. Obrigados à metamorfose e sincretismo dos lugares e crenças, vestuário e alimentação. Largos milhares de homens, mulheres, crianças, obrigados à passagem do nu, total ou parcial, ao vestuário mínimo. Mas também, algumas centenas de Portugueses, no Atlântico e no Sertão, africano e brasileiro, passam do vestido ao nu ou seminu, imitando «no traje ao nosso pai Adão» (Garcia Simões S.J., 1575).

A diáspora dos séculos XV a XVII, planetarização ou globalização crescentes, é um fenómeno de relação contínua e regular, que acelera e alarga os contactos e trocas entre diferentes sociedades e culturas. A maioria dos indivíduos e dos grupos participantes nesta explosão comunicativa são «como desesperados [que] se vão pelo mundo buscar o necessário mantimento»²⁴. Mantimento que vai desde a sobrevivência e o sustento, ao saber e ao poder.

Os horizontes e processos interculturais da planetarização implicam novas formas de exibição e de consumo por parte das culturas e sociedades participantes. A acumulação de novidades e produtos exóticos leva à exposição dos mesmos, ao surgimento de um novo teclado sensorial, desde o olfactivo ao visual.

Por razões de lógica e de economia deste breve trabalho, vamos tão-só destacar a exibição e o consumo entre os Portugueses de Portugal, na Europa. No entanto, como já o afirmámos, a aculturação, embora desigual, é mútua e múltipla. No Reino de Casamança, por volta de 1575, o rei Masatamba, por via dos Portugueses, exhibe e consome, na corte, «alcatifas de seda, cadeiras, leito dourado, cortinas e pavilhões de seda, todo o serviço de prata»²⁵.

Em Lisboa ou Évora, na corte e nas igrejas, mas também na Ribeira das Naus ou na Rua Nova dos Mercadores, está em exibição, desde cerca de 1480 a 1630, uma exposição universal das novidades do mundo. Uma mostra, crescente e especializada, à medida que se avança em Quinhentos,

da diversidade e variedade dos mundos do mundo, natural e cultural, animal e humano.

Em Novembro de 1494, em Évora, «onde então residia o Rei [...] vimos na Igreja de São Brás parte da pele de uma serpente, trazida da Guiné de Etiópia, que era de mais de trinta palmos de comprido e da grossura de um homem [...] com tão várias e belas cores e salpicada como com estrelas e manchas douradas que causa admiração [...] vimos também um camelo novo e formoso no pátio do Rei, que o fez trazer de África onde abundam»²⁶. Jerónimo Munzer (c. 1460-1508) anota no *Itinerário* a admiração pelas novidades em exibição.

Nos inícios do século XVII, o exótico dos mundos do mundo continua em exibição. João Furtado de Mendonça, governador de Angola, entre 1593 e 1602, enviou à rainha D. Margarida de Áustria, uma zebra, «vi uma [...] tão formoso animal»²⁷.

Ainda em Novembro de 1494, J. Munzer continua a informar sobre o exótico. Em Lisboa, no Mosteiro da Santíssima Trindade, «vimos um enorme crocodilo pendurado no coro e uma enorme árvore chamada dragão»²⁸. No domingo, último dia de Novembro, e de visita a Santa Maria da Luz, vê azagaias, arcos e flechas de cana, bicos de peixe serra, «um crocodilo pequeno» e, subindo ao Castelo, «vimos dois fortíssimos leões os mais bonitos que tenho visto. Vi também uma enorme e bem feita Carta cosmográfica dourada»²⁹.

O fascínio visual de J. Munzer passa pela Casa da Mina, com a malagueta, pimenta e marfim da Guiné, e pela Ribeira das Naus, onde encontra «uma enorme ferraria com muitos fornos onde se fazem âncoras [...] e tudo o que diz respeito ao mar. Eram tantos os trabalhadores negros junto dos fornos que nos poderíamos supor entre os ciclopes no antro de Vulcano»³⁰.

A partir dos inícios do século XVI, o grande bazar oriental do mundo encontra-se, ao vivo, em exposição permanente em Portugal, «o da grão mata Lisboa, onde toda caça voa: Arábia, Pérsia e Goa, tudo cabe em seu curral [...] ouro, aljôfar, pedraria, gomas e especiaria, toda outra drogaria, se recolhe em Portugal. Onças, leões, elefantes, / monstros e aves falantes, / porcelanas, diamantes é já tudo muito geral»³¹.

Em Portugal, vai-se acumulando, desenvolvendo, diversificando e especializando uma exposição intercultural de escala planetária ao vivo. Gentes dos mais diferentes continentes passam ou vivem em Lisboa. Muitos, são escravos africanos, ameríndios, asiáticos, trazidos para o trabalho e o espectáculo do exótico: «de Portugal sai cada ano, assim para os reinos de Espanha, como para as Índias de Castela, grande quantidade de escravaria que se leva para cavarem nas minas de ouro e prata, e nos engenhos de açúcares; afora muitos que se acham a comprar índios, bengalas, jaus, arábios, malabares, malaios, brasis, cafres e de outras nações»³².

O bazar do mundo em Lisboa tem, em Antuérpia, um pavilhão permanente e, em Roma, um palco para as grandes exposições interculturais dos novos mundos do mundo. Antuérpia, a capital económica e política da Europa de Carlos V, torna-se o pólo por excelência onde desaguam os novos horizontes da cultura material e da cultura intelectual, fruto das relações interculturais e da aculturação portuguesa/europeia da expansão.

Antuérpia é o centro prático de afirmação da cultura portuguesa da monarquia marítimo-mercantil: «havia de ver entre muitas outras novidades, navegadores portugueses que relatam espantosas informações. Não imaginas o absurdo dos enunciados dos antigos escritores que afirmaram coisas sem fundamento na natureza [...] sou incapaz de escrever acerca de tudo o que vi e ouvi»³³.

Roma, a então capital diplomática da Europa/Cristandade, é o palco por excelência do espectáculo e consumo acessíveis ao europeu, por via da expansão. A embaixada de D. Manuel ao papa Leão X (1513) é uma súplica da aculturação portuguesa, com elefante e rinoceronte, porcelanas e livro impresso chineses, pontifical de fausto oriental com ouro, pérolas, rubis, diamantes, esmeraldas.

Os produtos naturais e as manufacturas, a fauna e a flora, as gentes e os costumes, que do mundo desaguam em Lisboa/Portugal, vão criando novos padrões sensoriais, novos horizontes de consumo e de gosto no vestuário, na alimentação, nas artes.

O gosto pelas artes asiáticas, pela imitação de modos e modelos orientalizantes, ganha estatuto ao longo do primeiro quartel de Quinhentos. A oferta de

peças de arte adquiridas na Ásia, caso das sedas e porcelanas, torna-se logo, desde os finais do século XV e dos inícios do século XVI, uma forma de ostentação de poder e de gosto da Corte/Coroa e das elites nobres e urbanas.

À encomenda na Ásia de porcelana com motivos portugueses, sucede logo, em 1526-1528, a sua fabricação em Portugal, ao molde indiano, como vemos, por exemplo, nos rostos masculino e feminino, de imitação e de inspiração budista indiana, que decoram os caixotões no interior do arcosólio do túmulo de D. Diogo Pinheiro, na Igreja de Santa Maria do Olival, em Tomar. De 1599 são as pinturas a fresco da sacristia nova da Igreja do Espírito Santo de Évora com a representação de um Árabe e de um Chinês.

A aculturação portuguesa na expansão é também essencial para o núcleo da própria cultura e sociedade portuguesas dos séculos XV a XVII. Essa condição essencial pode ser avaliada através de tópicos fundamentais como: cultura portuguesa, ideia de Europa, língua portuguesa e ditados populares.

O conceito *cultura portuguesa* surge pela primeira vez, ou numa das primeiras vezes, em Manuel de Faria e Sousa (1590-1649), numa obra iniciada em 1614 e impressa em Madrid, em 1639: «em favor desta cultura portuguesa em aquelas partes»³⁴. As partes em questão são a Índia/Ásia, e a *cultura portuguesa* refere-se à «cultura evangélica» e «à nova cultura que os navegantes» transmitiram à Ásia/Oriente, implicando Cristianismo e língua portuguesa.

O termo e a ideia de uma cultura dos Portugueses nasce, nestas primeiras décadas de Seiscentos, enquanto exercício de comentário e explicação de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões.

Nasce, sobretudo, porque é necessário explicitar as relações interculturais dos Portugueses com a Ásia, implicando mar, língua e religião. É no quadro da aculturação que emerge e ganha sentido o vocabulário/conceito de uma identidade cultural própria frente aos outros. A cultura portuguesa é um conceito que nasce ao espelho de Portugal com a Ásia.

Também a *ideia de Europa* é, em português, uma construção nascida da expansão enquanto aculturação. O termo Europa vai surgindo, cada vez mais frequentemente, a partir dos anos de 1502-1505.

Na *Epístola ao Rei D. Manuel*, que acompanha a edição da tradução portuguesa de *Marco Pólo* (Lisboa, 1502), Valentim Fernandes, o impressor Boémio, fala da novidade do mundo do seu tempo: «vimos hoje coisas maravilhosas.»

Novidade da expansão e do novo quadro de relações internacionais e interculturais de escala planetária: «o vosso senhorio se estende em Europa e África, mas ainda já vosso nome grande soa em Ásia, até as postumeiras partes da Índia, assim como em as inumeráveis províncias de Etiópia»³⁵.

A marca europeia de Portugal é dada pelo porto de Lisboa, tido como o centro mercantil planetário: «ó que coisa tão maravilhosa que o vosso muito nobre porto de Lisboa é já feito porto da Índia, o qual não só sobrepuja todos os portos da nossa Europa, mas ainda os de África e de Ásia»³⁶.

A condição europeia, superior, do porto de Lisboa é proclamada por ser o porto da Ásia na Europa. Por ser o porto-chave da nova idade planetária em construção, implicando a Europa, a África, a Ásia. O porto de Lisboa e a Coroa manuelina são propagandeados como realidades activas da «nossa Europa», pela sua condição de relacionamento extra-europeu.

O Portugal europeu, enunciado por um impresso da Corte e da Coroa portuguesas, é uma ideia que se afirma ao espelho marítimo-mercantil da Ásia/Índia Oriental. Somos Europa porque vinculamos a Ásia à Europa.

No *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, escrito entre 1505-1508, na mesma atmosfera político-cultural da Coroa e da Corte, Portugal surge como um construtor da presença e superioridade europeia no mundo. Através da acção «dada ao comércio» (D. P. Pereira) e da «nossa santa fé católica» (D. P. Pereira) é possível um horizonte de presença no mundo que legitima uma pertença, activa à Europa: «nem devemos duvidar que de cidades, vilas e fortalezas cercadas de muros e outros sumptuosos e formosos edificios Europa precede Ásia e África e assim as precede de muita e melhor frota de naus melhor aparelhadas e armadas que todas as outras partes; e não podem negar os asiáticos e africanos que toda a abastança das armadas e polícia dela com outra muita artilharia Europa possui, e sobretudo os mais excelentes letrados em todas as ciências»³⁷.

A diferença é entre europeus, asiáticos e africanos, surgindo os Portugueses como um marcador, pelo comércio e religião, dessa diferença, mas também

relação. Uma vez mais, somos europeus porque somos mundo. No enunciado dum cortesão e alto funcionário estatal, a expansão portuguesa permite revelar e afirmar a superioridade arquitectónica, técnico-militar e científica dos europeus frente aos outros.

A construção de uma identidade europeia do Estado dinástico e da «Nação Portuguesa», vocábulo que na expansão se normaliza no sentido de Portugueses com identidade/diferença, é feita a partir do quadro da expansão extra-europeia, da «monarquia do mar» (João de Barros, 1540) no Mundo.

A crescente afirmação da condição europeia de Portugal e dos Portugueses faz-se por comparação, presença, relação com as outras partes do mundo. A certidão de identidade europeia é dada pelo e no mundo extra-europeu: «esta terra de Europa é a mesma das quatro partes do mundo, porém excede a todos em nobreza, virtude, gravidade, magnificência e quantidade de gente política»³⁸.

É porque dos mundos do mundo «vêm a Portugal e dela saem para diversas províncias da Europa»³⁹ toda a espécie de novidades/diferenças, incluindo a «notícia e conhecimento» (Luís Mendes de Vasconcelos, 1609) desses mesmos mundos extra-europeus, que surge a proclamação dum Portugal e Português europeus. A identidade europeia enunciada, vivida e sentida é uma resultante da função intermediária de Europa no Mundo e do Mundo na Europa.

É a condição de intermediário planetário, de activo no mundo extra-europeu, que possibilita a formulação de uma identidade europeia: «na nossa Europa refutando herejes, ou em África pregando aos mouros, ou na Ásia e Novo Mundo convertendo gentios»⁴⁰.

A condição europeia é tanto maior quanto maior for a função intermediária de escala planetária. A identidade europeia de Portugal pulsa ao ritmo dos ventos e correntes do Atlântico africano e ameríndio, e das monções asiáticas.

A normalização da *língua portuguesa*, a sua estrutura e condição, é também pensada enquanto parte do universo cultural da expansão e das suas relações interculturais.

A língua portuguesa é intermediária, língua franca em portos e mares africanos e asiáticos, língua de criolos nos litorais atlânticos e índicos, língua de novidades do mundo na Europa: «navegadores portugueses que relatam espantosas informações [...] sou incapaz de escrever acerca de tudo o que vi e ouvi» (Carta de Johann Kollaver para Conrad Celtis, Antuérpia, 1503).

A língua portuguesa surge como uma língua-mundo. Língua no mundo extra-europeu e língua europeia, incorporando línguas não europeias.

Em 1536, na primeira *Gramática da Língua Portuguesa*, Fernão de Oliveira afirma que «melhor é que ensinemos à Guiné que sejamos ensinados de Roma»⁴¹, valorando a diáspora da língua portuguesa, a descontinuidade frente à continuidade clássica-europeia. Mas a língua portuguesa como língua-mundo implica, também, a presença desse mesmo mundo na língua: «o costume novo traz à terra novos vocábulos [...] lições alheias, as quais também com algum trato vêm ter a nós, como de Guiné e da Índia, onde tratamos»⁴².

Logo na primeira metade de Quinhentos, a língua portuguesa é pensada como instrumento de comunicação e de tradução, não apenas de europeus mas também de africanos, asiáticos, ameríndios e de mestiços euro-africanos, euro-asiáticos, euro-ameríndios: «vemos em África, Guiné, Brasil e Índia não amarem muito os portugueses que entre eles nascem só pela diferença da língua e os de lá nascidos querem bem aos seus portugueses e chamam-lhes seus porque falam assim como eles»⁴³.

Língua de intérpretes/tradutores de etíope, tupi («ensinamos-lhes a nossa língua e eles ensinam-nos a sua» [Luís Figueira, Brasil, 1603]), tamil, malaio, javanês, chinês, japonês, etc.

Língua de cruzamentos com outras línguas e cujo léxico, semântica, ortografia, começam a manifestar este pulsar de aculturação planetária. Em 1540, está já normalizado um uso africano do português: «não diremos homem boa [...] parecerá mais fala de negras que de bom português»⁴⁴ e «falas por mantenha, como o negro da Guiné»⁴⁵.

A problemática da língua-mundo é colocada sob o signo do «dizer por alguma arte nova» (João de Barros, 1540) uma língua portuguesa até aí con-

finada à Europa: «podemos dizer que as nações de África, Guiné, Ásia, Brasil, barbarizam quando querem imitar a nossa»⁴⁶.

A planetarização da língua portuguesa cria uma aculturação linguística, uma aportação ao Português de vocábulos de mais diversa origem (jibóia, do tupi, chá, do chinês-cantonense, etc.). Os Portugueses em diáspora são produtores de novas dimensões de língua: «agora da conquista da Ásia, tomámos chatinar por mercadejar, beniaga por mercadoria, lascarim por homem de guerra, cumbaia por medida e cortesia, e outros vocábulos que são já tão naturais na boca de homens que naquelas partes andaram como seu próprio português»⁴⁷.

A aculturação na expansão planetária dos Portugueses implica uma disseminação da língua portuguesa por África, Ásia, Brasil. Essa disseminação usa o Português como língua intérprete/intermediária levando à sua utilização e apropriação locais. Mas, ao mesmo tempo, essa língua portuguesa no mundo incorpora e assimila as línguas em contacto, molda o Português ao tempo e espaço planetários.

Fruto da aculturação, entendida como relacionamento de mútua, embora desigual, comunicação e transferência, a língua portuguesa é um sistema aberto a trocas e incorporações extra-europeias: «porque se não preza mais leixar na Índia este nome, mercadoria, que trazer de lá beniaga, cá é sinal de ser vencedor e não vencido»⁴⁸.

A língua do intermediário marítimo mercantil planetário é um processo de trocas, um universo do vencedor vencido, para usarmos a antinomia e oscilação de João de Barros, em impresso de 1540.

A aculturação portuguesa da expansão alimenta os padrões de uma cultura popular, duma sabedoria existencial massificante que se faz ouvir, em parte, na poesia e no teatro, sobretudo em metáforas e nos ditados e anedotas.

Ao longo dos séculos XV e XVI, tornam-se expressões de emprego corrente, máximas que implicam a expansão e as relações interculturais. Enunciados de uma sabedoria popular vivencial, ainda hoje usados pela maioria dos Portugueses: «um mouro de trabalho», «trabalhar como um negro», «remar contra a maré», «grande nau, grande tormenta», «negócio da China», «é uma Mina», etc.

Ditados que pressupõem as relações interculturais e económico-sociais estabelecidas ao longo da expansão. Nos seis exemplos aqui tomados, dois fazem ressoar as memórias duma sociedade escravagista, com o trabalho a ser transferido para o Outro civilizacional islâmico ou africano. Outros dois apontam a riqueza na Ásia e em África. Trabalho e riqueza implicam a dimensão extra-europeia.

Os problemas da vida são valorados por sentenças da viagem marítima, por navios e correntes marítimas. A existência individual e colectiva dos Portugueses é olhada ao espelho da diáspora marítima, «o mais certo roteiro da vida», diz Jorge Ferreira de Vasconcelos, em 1567, e, em 1571, Gonçalo Fernandes Trancoso, refere-se à morte prematura da filha como «perdi no terrestre naufrágio filha».

Terra e mar, aqui e além, estão no quotidiano de tal modo implicados e fundidos que «lavram por este oceano, grande e infinito mar» (D. João de Castro, 1540) e «também Portugal dessa maneira é Índia» (Jorge Ferreira de Vasconcelos, 1555).

A expansão portuguesa, enquanto aculturação/relações interculturais, é geradora de uma identidade individual em que a viagem/diáspora surge como razão e solução de vida. É criadora de uma identidade europeia que ressalta a condição de intermediário do mundo. É produtora de uma língua-mundo, e de reflexão e vocabulário que permitem pensar a «cultura portuguesa» (Manuel de Maria e Sousa) como viagem e processo intercultural: Europa, Ásia, África, Brasil.

A configuração do «nós mesmos» portugueses frente aos «outros», europeus e africanos, asiáticos e ameríndios, é um processo sociocultural de semelhança e contraste, afinidade e oposição, identidade e diferença. Começa a ganhar corpo e expressão, entre os meados do século XV e os inícios do século XVII, enquanto relações interculturais/aculturação na expansão. Este auto-reconhecimento, de indivíduos e de grupos, como comunidade nacional, é filho e fruto do contacto com os mundos do mundo.

CALEIDOSCÓPIO DE GRAUS / INTENSIDADES DE AFINIDADES E DIFERENÇAS

Nós mesmos

Próximo

Outros

Os outros ibéricos «espanhóis» e europeus «cristãos»/católicos

A «polícia» da China/dos chineses

Os cristãos japoneses, chineses e africanos, do Preste João das Índias/Etiópia e Congo

Os asiáticos budistas/hinduístas

Os herejes europeus-judeus, reformistas. Opostos graduais, jogos de conflito-diálogo

«Selvagem»/«Bárbaro» – nómadas africano e ameríndio. Opostos graduais, jogos de conflito-diálogo

«Infiel»/Islâmico africano e asiático – oposto radical. Conflito concorrencial mundo/ /antimundo

Distante

A representação da diferenciação cultural é processual, é uma construção que acompanha e vai resultando do processo de relacionamento intercultural/aculturação.

Nos começos, o Outro é tão só uma extensão desejada e desejável do Mesmo. O assinalar, reter, compreender diferenças é uma resultante processual das relações interculturais. Mas o acumular de diferenças não é por si só um gerador da aceitação e valor da diferença cultural. Para que se estabeleça a ideia e a representação dominante de que o Outro tem e é uma outra cultura, são necessários mais elementos de informação, novas relações de poder, diversos momentos sequenciais no processo de relacionamento.

Passada a fase da identificação por extensão de semelhanças/identidade do próprio e anotadas as diferenças físicas, comportamentais, mais imediatamente visíveis/empíricas, começa todo um processo de diferenciação que, regra geral, nos séculos XV, XVI e XVII, não implica a descoberta/aceitação duma outra cultura/civilização como totalmente igual em valor.

A tabela de «equivalências» apresentada corresponde aos enunciados da cultura portuguesa mais oficial e dos Portugueses de Portugal. É uma tabela teórica, resultante das relações interculturais/aculturação que, na realidade prática, tende bem mais para a oscilação, ambivalência, mistura, do que para estas sedimentadas hierarquias de identificação.

Não existe um tipo único, luso, na aculturação, mas sim uma pluralidade e multiplicidade, singulares e aleatórias, de lusos com diversos graus de afirmação e de conjugação, em processo de aculturação na expansão. Portugueses aculturados na expansão que geram novos tipos de Portugueses.

Os diferentes indivíduos e grupos, saberes e poderes, interesses e expectativas, necessidades e possibilidades, geram diferentes processos de aculturação, e de identidade/diferença. A aculturação, mútua e desigual, é ambivalente e contraditória.

É toda esta contradição, pluralidade oscilante, mesmo ambivalência, que possibilita ao mesmo tempo a crescente realidade da escravatura, a teoria oficial legitimadora da mesma, a partir de 1460, as primeiras denúncias sobre a não validade dessa teoria e realidade, a partir de 1555, e o desenvolvimento do direito internacional.

Estas diferentes faces do fenómeno, controversas e contraditórias, não possuem o mesmo valor e expressão na época. As duas primeiras são dominantes, públicas, naturais e quotidianas. As duas últimas, dominadas, restritas, específicas e especializadas a círculos minoritários.

A forma como cada elemento e o todo da aculturação acontece, e a série factual e cronológica das relações interculturais, exprimem a condição multicultural de todas e de cada uma das culturas, a pluralidade dos processos de contacto e das suas resultantes.

A aculturação portuguesa na expansão não pode responder ao problema da existência ou não de um padrão único português (o luso-tropicalismo), diverso de todas e de cada uma das formas de aculturação na expansão doutros europeus dos séculos XV, XVI e XVII. Como também não pode responder ao problema da existência ou não existência duma tipologia comum e constante a todos.

Apenas estudos sistemáticos e individualizados, de caso e de detalhe, podem vir a gerar uma base firme, documental e problemática, para uma análise comparativa. A partir dessa análise comparativa, com vectores qualitativos e quantitativos, abre-se a via para determinar as constantes e as variáveis, o grau de continuidade e tipicidade e o grau de descontinuidade e especificidade das aculturações nas expansões europeias da época. A partir dessas resultantes do método comparativo será possível, um dia, começar a responder com objectividade à questão.

O que este breve estudo revela é que a aculturação portuguesa na expansão é múltipla. Não existe um padrão único de Português, mas sim diferentes e cada vez mais diversos e contraditórios tipos de Portugueses, fruto das relações multiculturais da expansão. Diversidade essencialmente produzida pela *acomodação* e *miscigenização*, em diferentes tempos e espaços que a tudo e todos transforma, mesmo e sobretudo, em Lisboa, em Portugal e na Europa: «as culturas nunca são unitárias, em si mesmas, nem simplesmente dualística é a relação entre o Mesmo e o Outro»⁴⁹.

A aculturação na expansão é a casa do ser e do sentir dos Portugueses, a partir dos séculos XVI e XVII. É através da intermediação multicultural, de escala planetária, que os Portugueses são e se descobrem a si próprios e ao mundo.

Notas

¹ Clifford GEERTZ, *The Interpretation of Cultures*, (1973), Londres, Fontana, 1993, p. 17.

² M. J. HERSKOVITS, *Acculturation: The Study of Culture Contact*, Nova Iorque, Augustin Publisher, 1938, p. 119.

³ Sobre a história da Antropologia, veja-se, Marvin HARRIS, *The Rise of Anthropological Theory. A History of Theories of Culture*, Nova Iorque, Thomas Crowell, 1968; e, para a época, Margaret T. HODGEN, *Early Anthropology in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*,

Filadelfia, U. Pennsylvania Press, 1971. Em torno dos conceitos de cultura/aculturação, veja-se, C. Seymour SMITH, *Dictionary of Anthropology*, Nova Iorque, Palgrave, 1986.

⁴ R. REDFIELD-R. LINTON-M. HERSKOVITS, «A Memorandum for the Study of Acculturation», in *American Anthropologist*, XXXVIII, n.º 1, 1936, pp. 149-152.

⁵ «The place of religious revivalism in the formation of the intercultural community on Klamath Reservation», in *Social Anthropology of North American Tribes*, ed. F. EGGAN, Chicago, Chicago U. Press, 1937, pp. 377-442.

⁶ Adda B. BOZEMAN, *Politics and Culture in International History*, Princeton, Princeton U. Press, 1960, pp. 5, 359, 424 e 494.

⁷ Gilberto FREIRE, *Sociologia. Introdução ao Estudo dos seus Princípios*, tomo 2, 4.ª ed., José Olympio, Rio de Janeiro, 1967, p. 543 (1.ª ed., 1945).

⁸ K. WITTFOGEL-Feng CHIA-SHÈNG, «History of Chinese Society, Liao (907-1125)», in *American Philosophical Society, Transactions*, vol. XXXVI, p. 5.

⁹ Viena, vol. I, pp. 7-36.

¹⁰ Clifford GEERTZ, *Op. cit.*, p. 89.

¹¹ Adam KUPER, *Culture. The Anthropologist's Account*, Cambridge/Massa., Harvard U. Press, 1999, p. 125.

¹² Claude LÉVI-STRAUSS, *Race et Histoire* (1952), Paris, Gonthier, 1961, p. 16.

¹³ D. João de CASTRO, *Roteiro de Lisboa a Goa*, Obras Completas, ed. A. CORTESÃO e L. ALBUQUERQUE, Coimbra, A.I.C.P., 1968, vol. I, p. 122.

¹⁴ P. Nicolau LANCELLOT, «Carta de Ceilão a 18 de Janeiro de 1558», in *Documenta Indica*, ed. J. WICKI, Roma, I.H.S.I., 1954, vol. III, p. 231.

¹⁵ Gabriel Soares de SOUSA, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, ed. F. A. VARNHAGEN, São Paulo, C.E.N., 1971, cap. XVI, p. 58.

¹⁶ Sá de MIRANDA (1481-1558), «Elegia a Antonio Pereira, Senhor de Basto (c. 1530)», in *Obras Completas*, ed. R. LAPA, Lisboa, Sá da Costa, 1937, vol. II, p. 82.

¹⁷ ANÓNIMO, *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, (Lisboa, 1620), ed. Laura M. PEREIRA, Ericeira, Mar de Letras, 2003, pp. 204, 205, 210, 214.

¹⁸ Outubro de 1577, cerca de 300 a 500, in *Relações de Angola*, ed. Gastão de Sousa DIAS, Coimbra, I. Universidade, 1934, p. 73.

¹⁹ «Carta do Pe. Manuel da Nóbrega S.J. ao Pe. Simão Rodrigues, Pernambuco, 11 de Agosto de 1551», in *Cartas do Brasil e Mais Escritos do Pe. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*, ed. Serafim LEITE, Coimbra, I. Universidade, 1955, p. 79.

²⁰ Gilberto FREIRE, *Op. cit.*, p. 386.

²¹ «Carta do Pe. Manuel da Nóbrega S.J. ao Pe. Simão Rodrigues, Baía finais de Agosto de 1552», in *Cartas do Brasil e Mais Escritos do Pe. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*, ed. Serafim LEITE, Coimbra, I. Universidade, 1955, p. 145.

²² André Alvares de ALMADA, *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde*, 1594, ed. António BRÁSIO, Lisboa, LIAM, 1964, p. 133.

²³ Filipo SASSETTI, «Carta para Piero Vettor, de Cochim a 27 de Janeiro de 1585», in *Lettere dall'India (1583-1588)*, ed. A. DEI, Roma, Salerno Editrici, 1995, p. 78.

- ²⁴ ANÓNIMO, *Op. cit.*, p. 214.
- ²⁵ André DONELHA, *Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde (1625)*, ed. A. Teixeira da MOTA, Lisboa, J.I.C.U., 1977, p. 166.
- ²⁶ Jerónimo MUNZER, *Viaje por Espana y Portugal*, ed. R. ALBA, Madrid, Polifemo, 1991, p. 167.
- ²⁷ ANÓNIMO, *História do Reino do Congo (c. 1620)*, ed. A. BRÁSIO, Lisboa, C.E.H.U., 1969, p. 29.
- ²⁸ Jerónimo MUNZER, *Viaje...*, p. 173.
- ²⁹ Jerónimo MUNZER, *Itinerário (Excertos)*, ed. Basílio de VASCONCELOS, Coimbra, I. Universidade, 1931, p. 27.
- ³⁰ *Ibidem*, p. 27.
- ³¹ Diogo Velho da CHANCELARIA, «Da Caça que se caça em Portugal», in *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende (1516)*, ed. G. GUIMARÃES, Lisboa, C. L. B., 1973, tomo IV, pp. 177-179.
- ³² Duarte Nunes de LEÃO, *Descrição do Reino de Portugal (1610)*, Lisboa, C.H.U. Lisboa, 2002, p. 210.
- ³³ «Carta de J. Collarius de Antuérpia (1503) para Conrad Celtis», in L. W. SPITZ, *Conrad Celtis, the German Arch-Humanist*, Cambridge, Mass. Harvard U. Press, 1957, p. 103.
- ³⁴ Manuel de Faria e SOUSA, *Lusíadas de Luíz de Cammoens Príncipe de los Poetas de Espana commentadas todas*, Madrid, 1639, vol. I, p. 258.
- ³⁵ *O Livro de Marco Paulo*, ed. F. Esteves PEREIRA, Lisboa, B. Nacional, 1922, Epístola.
- ³⁶ *Ibidem*.
- ³⁷ Duarte Pacheco PEREIRA, *Esmeraldo de Situ Orbis*, ed. E. Silva DIAS, Lisboa, Soc. Geografia, 1905, p. 30.
- ³⁸ Frei João dos SANTOS, *Etiópia Oriental (1609)*, ed. M. LOBATO e E. MEDEIROS, Lisboa, CNCDP, 1999, p. 70.
- ³⁹ Duarte N. LEÃO, *Descrição do Reino de Portugal*, 1610.
- ⁴⁰ Frei Paulo da TRINDADE, *Conquista Espiritual do Oriente*, c. 1636, ed. Felix LOPES, Lisboa, C.E.H.U., 1962, 1.^a parte, p. 15.
- ⁴¹ Fernão de OLIVEIRA, *Gramática da Linguagem Portuguesa*, Lisboa, 1536, p. 42.
- ⁴² *Ibidem*, p. 87.
- ⁴³ *Ibidem*.
- ⁴⁴ João de BARROS, *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1540, ed. M. L. BUESCU, Lisboa, F. Letras, 1971, p. 350.
- ⁴⁵ ANÓNIMO, *Auto de Vicente Anes Joeira*, ante 1550, ed. C. BERARDINELLI, S. Paulo, I.N. Livro, 1963, p. 45.
- ⁴⁶ João de BARROS, *Op. cit.*, p. 357.
- ⁴⁷ *Ibidem*, p. 402.
- ⁴⁸ *Ibidem*, p. 405.
- ⁴⁹ Komi K. BAHBBA, *The Location of Culture*, Londres, Routledge, 2006, p. 52.

Bibliografia

- «Carta de J. Collarius de Antuérpia (1503) para Conrad Celtis», in L. W. SPITZ, *Conrad Celtis, the German Arch-Humanist*, Cambridge, Mass. Harvard U. Press, 1957, p. 103.
- «Carta do P. Manuel da Nóbrega S. J., ao P. Simão Rodrigues, Baía finais de Agosto de 1552», in Serafim LEITE (ed.), *Cartas do Brasil e Mais Escritos do P. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*, Coimbra, I. Universidade, 1955, p. 145.
- «Carta do P. Manuel da Nóbrega S. J., ao P. Simão Rodrigues, Pernambuco, 11 de Agosto de 1551», in Serafim LEITE (ed.), *Cartas do Brasil e Mais Escritos do P. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*, Coimbra, I. Universidade, 1955, p. 79.
- «The place of religious revivalism in the formation of the intercultural community on Klamath Reservation», in F. EGGAN (ed.), *Social Anthropology of North American Tribes*, Chicago, Chicago U. Press, 1937, pp. 377-442.
- ALMADA, André Alvares de, *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde*, ed. de António BRÁSIO, Lisboa, L.I.A.M., 1594, 1964.
- Auto de Vicente Anes Joeira*, ante 1550, ed. de C. BERARDINELLI, São Paulo, I. N. Livro, 1963.
- BAHBBA, Komi K., *The Location of Culture*, Londres, Routledge, 2006.
- BARROS, João de, *Gramática da Língua Portuguesa*, ed. de M. L. BUESCU, Lisboa, Faculdade de Letras, 1540 (1.ª ed.), 1971.
- BOZEMAN, Adda B., *Politics and Culture in International History*, Princeton, Princeton U. Press, 1960.
- CASTRO, D. João de, *Roteiro de Lisboa a Goa*, Obras Completas, vol. I, ed. de A. CORTESÃO e L. ALBUQUERQUE, Coimbra, A.I.C.P., 1538 (1.ª ed.), 1968.
- CHANCELARIA, Diogo Velho da, «Da Caça que se caça em Portugal», in *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, tomo IV, ed. de G. GUIMARÃES, Lisboa, C. L. B., 1516 (1.ª ed.), 1973.
- DONELHA, André, *Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde (1625)*, ed. de A. Teixeira da MOTA, Lisboa, J.I.C.U., 1977.
- FREIRE, Gilberto, *Sociologia, Introdução ao Estudo dos seus Princípios*, tomo II, 4.ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.
- GEERTZ, Clifford, *The Interpretation of Cultures*, Londres, Fontana, 1993.
- HARRIS, Marvin, *The Rise of Anthropological Theory. A History of Theories of Culture*, Nova Iorque, Thomas Crowell, 1968.
- HERSKOVITS, M. J., *Acculturation: The Study of Culture Contact*, Nova Iorque, Augustin Publisher, 1938.
- História do Reino do Congo*, ed. de A. BRÁSIO, Lisboa, C.E.H.U., (c. 1620), 1969.
- HODGEN, Margaret T., *Early Anthropology in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*, Filadélfia, U. Pennsylvania Press, 1971.
- KUPER, Adam, *Culture. The Anthropologist's Account*, Cambridge/Massa., Harvard U. Press, 1999.

- LANCELOT, P. Nicolau, «Carta de Ceilão a 18 de Janeiro de 1558», in J. WICKI (ed.), *Documenta Indica*, vol. III, Roma, I.H.S.I., 1558 (1.^a ed.), 1954.
- LEÃO, Duarte Nunes de, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, C.H.U., 1610 (1.^a ed.), 2002.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, *Race et Histoire*, Paris, Gonthier, 1952 (1.^a ed.), 1961.
- MIRANDA, Sá de, «Elegia a Antonio Pereira, Senhor de Basto (c. 1530)», in *Obras Completas*, vol. II, ed. de R. LAPA, Lisboa, Sá da Costa, 1530 (1.^a ed.), 1937.
- MUNZER, Jerónimo, *Itinerário* (Excertos), ed. de Basílio de VASCONCELOS, Coimbra, I. Universidade, 1492 (1.^a ed.), 1931.
- MUNZER, Jerónimo, *Viaje por Espana y Portugal*, ed. de R. ALBA, Madrid, Polifemo, 1494-1495 (1.^a ed.), 1991.
- O Livro de Marco Paulo*, ed. de F. Esteves PEREIRA, Lisboa, B. Nacional, 1502 (1.^a ed.), 1922.
- OLIVEIRA, Fernão de, *Gramática da Linguagem Portuguesa*, Lisboa, 1536.
- PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis*, ed. de E. Silva DIAS, Lisboa, Soc. Geografia, 1505-1508 (1.^a ed.), 1905.
- Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, ed. de Laura M. PEREIRA, Ericeira, Mar de Letras, 1630 (1.^a ed.), 2003.
- REDFIELD, R.-LINTON, R.-HERSKOVITS, M., «A Memorandum for the Study of Acculturation», in *American Anthropologist*, XXXVIII, n.º 1, 1936, pp. 149-152.
- Relações de Angola*, ed. de Gastão de Sousa DIAS, Coimbra, I. Universidade, 1934.
- SANTOS, Frei João dos, *Etiópia Oriental* (1609), ed. de M. LOBATO e E. MEDEIROS, Lisboa, CNCDP, 1609 (1.^a ed.), 1999.
- SASSETTI, Filippo, «Carta para Piero Vettor, de Cochim a 27 de Janeiro de 1585», in A. DEI (ed.), *Lettere dall'India (1583-1588)*, Roma, Salerno Editrici, 1585 (1.^a ed.), 1995, p. 78.
- SMITH, C. Seymour, *Dictionary of Anthropology*, Nova Iorque, Palgrave, 1986.
- SOUSA, Gabriel Soares de, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, ed. de F. A. VARNHAGEN, São Paulo, C.E.N., 1587 (1.^a ed.), 1971.
- Sousa, Manuel de Faria e, *Lusíadas de Luíz de Cammoens Principe de los Poetas de Espana commentadas todas*, vol. I, Madrid, 1639.
- TRINDADE, Frei Paulo da, *Conquista Espiritual do Oriente*, ed. de Felix LOPES, Lisboa, C.E.H.U., 1962.
- WITTFOGEL, K.-CHIA-SHÈNG, Feng, «History of Chinese Society, Liao (907-1125)», in *American Philosophical Society, Transactions*, vol. XXXVI, 1949.

